



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zarusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borseto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duilio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tramitação em Regime de Urgência do Projeto de Lei nº 285/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 034/97, que objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 100 (cem) cargos efetivos de Médico Veterinário e 40 (quarenta) de Engenheiro Agrônomo, todos do padrão I-III, para serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, as convocações dos Ex-mos. Senhores Hitoshi Nakamura e Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, respectivos Secretários de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Esporte e Turismo.

Para fazer exposições sobre o Projeto Costa Oeste/Jogos da Natureza.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná tem defendido esse projeto como muito importante para a Região Oeste do Paraná e estratégico para sua administração.

Não negamos a importância, mas desejamos vários esclarecimentos e, aqui elencamos alguns:

1 - O projeto está sendo implementado em vários municípios limítrofes, onde existem várias áreas protegidas.

1.1 - Foi feito Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a execução das obras que compõem o projeto?

1.2 - O projeto foi licenciado, na forma da legislação aplicável, por ser prejudicial ao meio ambiente?

2 - Qual é a parceria que existiria entre o Estado e os Municípios envolvidos no projeto?

3 - Quais serão as obras construídas?

4 - Qual o valor global do investimento e qual será o retorno esperado pelo estado?

5 - Como as obras serão utilizadas após os jogos da natureza?

6 - Existe(m) demanda(s) judiciais?

É importante a presença dos Senhores Secretários para esses e outros esclarecimentos.

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento do Senhor Wilson Azinari, ocorrido no dia 05.06.97, na Cidade de Porecatu, vítima de um enfarto, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O falecido foi cidadão de intensa participação social e política da comunidade do Município de Porecatu, tendo sido, inclusive vereador, reconhecido como benfeitor junto aos mais necessitados.

Seu falecimento intempestivo chocou parentes e amigos que o tinham em grande estima.

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta data do eminente Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão.

Guilherme Albuquerque Maranhão, natural do Amazonas, veio ao Paraná ainda moço, tendo se diplomado por nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal. Iniciando a carreira de Promotor Público, chegou a Procurador Geral da Justiça, antes de ser nomeado para o cargo de Desembargador, em 1984.

Nessas funções e como Professor de Direito, o Dr. Guilherme Maranhão se destacou como um dos mais cultos e íntegros magistrados de nossa terra, tomando-se merecedor do respeito de todos os que o conheceram e com ele conviveram, sobretudo sua família, parentes e amigos.

Justa portanto, a homenagem póstuma que lhe prestamos em nome do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de louvor à Senhora Amanda Beyer, pela comemoração de 45 anos do Restaurante Colibri, o qual tem proporcionado à população saborear especialidades feitas com peixe e frutos do mar.

E ainda, que do mesmo seja dada ciência à referência à Rua Lysímaco Ferreira da Costa, nº 207, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP: 80.530-100.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Amanda Nasceu a 28 de janeiro de 1916, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, filha de João Schröder. Estes eram pequenos colonos que cuidavam de sua plantação de feijão, milho e principalmente tabaco. Tinham também sua criação de animais para o uso doméstico. Neste ambiente Amanda cresceu, passou sua infância e juventude e trabalhou até aos 23 anos.

Conheceu então o jovem Evaldo Beyer, nascido na Argentina, mas já residente no Brasil desde sua infância, com o qual casou na Cidade de Tapauwê, Rio Grande do Sul a 20

de maio de 1939. A partir de lá, assumiu o nome de Amanda Beyer. Ali em Tuperandi abriram uma loja de calçados e se deram bem neste período. Dia 4 de março de 1940 nasceu sua filha Silvia.

Continuando no mesmo ramo de loja de calçados, mudaram para Três de Maio onde nasceu o segundo filho: Orlando, no dia 29 de setembro de 1942. Depois mudaram para Santa Rosa e Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, ainda no mesmo ramo de loja de calçados.

Após 12 anos de contato com calçados e artigos de couro, resolveram mudar de clima. Aconselhados por amigos, principalmente por viajantes que elogiavam muito o clima de Curitiba, o casal resolveu abandonar o Rio Grande do Sul e iniciar uma nova vida em Curitiba no ano de 1951. Evaldo foi em frente e depois de ter achado uma residência chamou a esposa e os dois filhos para seguirem à Curitiba.

Estabeleceram-se primeiro em São José dos Pinhais, onde conduziram um pequeno hotel para motoristas, dando inclusive as refeições. Exerceram esta atividade por 8 meses. Neste período ofereceu-se uma outra oportunidade e assim abriram um restaurante na Rua Presidente Faria, em frente ao Passeio Público.

Em 30 de novembro de 1990 faleceu o marido e bom companheiro de lutas. Desde então Amanda continua administrando e dirigindo o tradicional Restaurante Colibri com seus 81 anos que completou no dia 28 de janeiro do corrente ano.

Restaurante Colibri

Em 1952 foi fundado este restaurante com o nome de Restaurante Recanto Colibri, portanto há 45 anos. Construída a nova sede na Rua Lysímaco Ferreira da Costa, nº 207, esta foi inaugurada no dia 07 de março de 1967, portanto há 30 anos.

O restaurante funcionou sempre no serviço "à la carte" e assim continua até hoje. As especialidades são pratos de peixe e frutos do mar. Mas além disto também são muito procurados os filés na chapa, ao molho, etc. O restaurante é procurado principalmente por pessoas que sabem que ali é oferecida comida de primeira qualidade. Tradicional como o restaurante também são os garçons que já fazem parte da história. Miranda já convive com a família há 30 anos, Arlito 25 anos e Genésio 22 anos.

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal do Estado, alusivos à comemoração do 14º aniversário, na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente daquele jornal, Jornalista Roberto Barroso Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Roberto Barroso, nº 22, CEP: 80.530-120, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Ivaí, pela passagem de seu 45º aniversário de emancipação política, no próximo dia 02 de julho/97.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José do Carmo Lavognoli, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Izidoro Camilo Foletto, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Santa

Isabel do Ivaí irá comemorar a passagem de seus 45 anos de emancipação política.

O aniversário de Santa Isabel do Ivaí diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela dedicamos a melhor de nossas energias.

Através desta proposição queremos homenagear toda a população de Santa Isabel do Ivaí que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu Município.

Pois, com o trabalho integrado, com a colaboração de seu povo trabalhador e honesto, Santa Isabel do Ivaí estará contribuindo com importante parcela para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso país.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento à toda população, na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho desenvolvido para a grandeza do seu município.

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Waldomiro Tácio e Izaltina Gabardo de Melo que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Tenente Coronel Gilberto Foltran, Chefe da Defesa Civil do Estado, para imediato atendimento a situação de emergência que se encontram os municípios de Tapejara e Tuneiras do Oeste, praticamente destruídos por vendaval e chuvas de granizo em grandes proporções no final da tarde de sexta-feira, trazendo prejuízos incalculáveis à toda população.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz G. Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a pavimentação asfáltica através do programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação", no Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Nova Cantu, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga a sede do Município ao Distrito de Jeremias Lunardelli, na extensão de 12 (doze) quilômetros, e outro trecho que liga a sede do Município à localidade do Campinho, na distância de 08 (oito) quilômetros.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às escolas e

escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua pavimentação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz G. Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder pavimentação asfáltica através do Programa "Caminhos da Educação", no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Caminhos da Educação" trecho situado no Barreiro das Frutas até a Escola Municipal Almirante Lemes da Silva, com aproximadamente 03 (três) quilômetros.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação asfáltica, possui um fluxo de trânsito intenso que demanda acentuado número de alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua pavimentação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de agilizar o atendimento do pedido da Sra. Níva do Rocio Behnke, residente na Rua Ipanema nº 817 - Vila Ipanema, referente à implantação de rede de água nessa rua.

Afirmo-nos a Sra. Níva que o pedido já foi feito nessa Prefeitura. Caso não seja atendido imediatamente, qual a previsão de implantação deste serviço? Vários são os moradores que ali residem e necessitam o mais breve possível desse benefício.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Vera Lúcia Haloski, moradora da Rua Danilo Gomes nº 405, Casa 02, Conjunto Danilo Gomes - Bairro Boqueirão, a qual solicita que as correspondências voltem a ser entregues nas residências dessa rua. Desde o dia 22/05 do corrente, as entregas foram interrompidas, alegando-se que trata-se de uma rua particular.

Muitas pessoas estão sendo prejudicadas, motivo pelo qual a Sra. Vera Lúcia faz tal pedido em nome de todos os moradores. Seu telefone para contato, se necessário, é 277-4472.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Grécia, os quais solicitam a colocação de pedra brita na Rua Juvenal Cordeiro, tendo em vista que foi passado a máquina e com as chuvas a mesma fica cheia de barro e intransitável, causando muitos transtornos à toda a comunidade.

Pedem ainda que uma das linhas de ônibus que saem

do Terminal (São Francisco, Monte Santo ou Prefeitura), faça trajeto na Vila Grécia ou que seja implantada uma linha específica para a mesma. O atendimento do presente beneficiará muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 17.06.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Ipê, os quais solicitaram que seja colocado saibro na Rua 27 e Avenida Brasil, bem como seja procedida a colocação de luminárias que estão faltando nos postes das mesmas. As ruas encontram-se em péssimo estado e devido a falta das referidas luminárias, os locais são muito escuros à noite.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Dr. Faivre esquina com a Amintas de Barros - Centro, tendo em vista a presença constante de bandos de pivetes, os quais atacam e roubam as pessoas livremente. A presença de policiais nesse local com certeza inibirá a ação dos pivetes e proporcionará maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Iracema - Bairro Tanguá, os quais solicitaram reparos na Rua Barão do Rio Branco. A mesma encontram-se intransitável e têm causado muitos transtornos a toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do Posto de Saúde Guaraituba, localizado na Rua Genésio Moreski, os quais solicitam a contratação de médicos para atendimento à população. Afirmam eles que nesse posto só tem pediatra e médicos de outras especialidades estão fazendo muita falta. Pedem também a reposição de medicamentos para serem distribuídos aos pacientes, uma vez que são pessoas carentes e não podem comprá-los.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do Pronto Socorro - Alto Maracanã, os quais solicitam uma melhor atenção em relação ao atendimento por parte dos funcionários, bem como a reposição de medicamentos. O Pronto Socorro é muito utilizado por toda a comunidade e esses dois problemas têm infelizmente oca-

sionado alguns transtornos aos usuários.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Barão do Rio Branco - Jardim Iracema - Bairro Tanguá - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação do Serviço de Entrega de Correspondências Domiciliares nesse bairro, tendo em vista que as ruas já estão denominadas legalmente. Será um grande benefício para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Carlota - Bairro do Uberaba, especialmente na Rua Abacate esquina com a Rua Augusto Steemböck, devido aos frequentes assaltos que vêm ocorrendo. Os moradores dessa rua encontram-se muito apreensivos pois a falta de segurança é total. Pedem urgência no atendimento do presente, procurando desta forma evitar algum acontecimento mais grave. A presença de policiais nesse local com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre o pagamento dos convênios do Estado com as APAES, que encontram-se atrasados a mais de quinze dias, o que traz diversos problemas na administração das entidades conveniadas, especialmente com os trabalhadores que são contratados através da CLT.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando:

1. O terreno o qual foi construído o "Fórum das Américas" é de propriedade de quem (União, Estado ou Prefeitura)?

1.1. Solicitamos cópia do documento que autoriza tal construção.

2. A edificação do Fórum das Américas teve licenciamento ambiental, conforme o previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 4.771/65 - Código Florestal?

2.1. Documento probatório.

3. A edificação e seu impacto ambiental foram objetos de análise no procedimento licitatório, conforme os artigos 6º, IX e 12, VII da Lei Federal nº 8666/93?

4. O licenciamento ambiental deu-se (se existiu) na forma do que preceitua os artigos 10 e se o Decreto Federal sob nº 99.274/90, artigo 17 e seguintes?

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando:

1. Quantas e quais obras foram realizadas na Ilha do Mel?

2. Cópia dos contratos e projetos técnicos dessas obras.

3. Cópia dos termos de recebimento.

4. Comprovante dos pagamentos realizados?

5. Foi contratada alguma empresa para a manutenção de alguma dessas obras?

5.1. Se sim, solicito cópia do contrato.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição aos Anais desta Casa de Leis, do texto "O Combustível verde é estratégico para o Brasil", de autoria do Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Greca de Macedo, publicado na edição de 17.06.97, do Jornal Gazeta Mercantil.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de registrar nos Anais da Assembléia Legislativa este importante texto, em defesa dos interesses econômicos do Brasil e, sobretudo, do Paraná, na medida em que enaltece a criatividade, a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, que têm colocado o Estado numa situação de destaque à nível nacional.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 289/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Dino José Bronze de Almeida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

CURRICULUM VITAE
Vereador Dino Almeida

1. DADOS PESSOAIS

Nome: Dino José Bronze de Almeida

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Francisco do Sul - SC

Data de Nascimento: 04 de março de 1937

Filiação:

Esmeraldino Maia de Almeida

Dalmira Bronze de Almeida

Filhos:

Ana Dalgiza de Almeida Fontana (casada com o industrial Aramis Fontana)

Nadyesda Cristina de Almeida

Neivo de Tarço Boldrini de Almeida

Dino José Bronze de Almeida Júnior

Tem 6 (seis) netos

Endereço Residencial:

Av. Silva Jardim, 1761 ap. 52

Cep 80250-200 Curitiba - PR.

Fone: (041) 223-9637

Endereço Comercial:

Rua Comendador Araújo, 143 Cj. 53

Edifício Center Everest - Curitiba - PR.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Jornalista Profissional, com registro no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.
- Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 12.03.1971 e registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção - PR, sob nº 4851.
- Relações Públicas Profissional, registrado no CONRESP/SP - Conselho Regional dos Relações Públicas, sob nº 616 em 09.10.1979.

3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Fundador e ex-Diretor Presidente da Revista Quatro Estações.
- Colunista diário dos Jornais Gazeta do Povo, Diário Popular e Correio Paranaense.
- Colunista da Revista Panorama.
- Atualmente é Vereador por Curitiba (P.F.L.)

4. ATIVIDADES LITERÁRIAS

- Como autor publicou os livros em série, "Bandeirantes do Progresso" I, II e III, "Mil Pensamentos Preferidos de Dino Almeida".
- Publicou ainda, vários cadernos especiais, encartados em revistas e jornais do Paraná, mostrando a realidade paranaense sua evolução e comportamento entre outras publicações com assuntos pertinentes a Curitiba e o Paraná, de um modo geral.
- Editou 3 (três) vols. do livro Sociedade Paranaense.
- Totalizando 7 (sete) livros.

5. TÍTULOS E HONRARIAS

- 1962 - "Espadim dos Aspirantes", homenagem dos oficiais da PMEP/CFD.
- "Medalha de Ouro" do Clube Círculo Militar do Paraná.

- 1970 - Homenageado com o diploma "Homem de negócios do ano" pelo Jornal de Finanças.
- Medalha e diploma "Jornalista do Ano" concedido pelo Jornal Diário Popular.

- 1971 - Diploma "Melhores de 1971", Jornal da Tarde de Curitiba.
- Medalha de "Cavalheiro da Ordem da Boca Maldita".

- 1972 - "Medalha de Prata" do Lions Clube de Curitiba Centro.
- Título de Cidadão Honorário de Matinhos.

- 1973 - "Diploma de reconhecimento" outorgado pelo Ministério da Educação e Cultura.
- "Placa de Prata" concedida pelo Graciosa Country Club.
- "Medalha de Prata" do Santa Mônica Club de Campo.
- "Medalha de Ouro" do Graciosa Country Club.
- "Placa de Prata" oferecida pelos funcionários do Jornal Gazeta do Povo, como reconhecimento de amizade e estima.

- 1976 - Troféu "Personalidade" SENAP
- Faixa de "Amigo Destaque-76", do Clube Ouro Verde.
- "Placa de Prata" concedida pelo DEC/CPA.

- 1977 - Troféu "Comunicação da Cidade Melhores do Ano"
- "Medalha Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães", da Sociedade Geográfica Brasileira.

- 1978 - "Medalha de Prata", concedida pelas Indústrias Moinhos Unidos do Brasil Mate.

- Troféu "Homenagem Especial" outorgado pelo SENAP, na qualidade de "Colunista do Ano".

- 1979 - "Placa de Prata", homenagem da Velha Guarda do Salgueiro.

- Medalha "Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães".

- Diploma de "Honra ao Mérito" concedida pela Receita Federal.

- 1980 - Prêmio "Professor Bento Munhoz da Rocha Neto"

- "Placa de Prata" e Distintivo "Paul Harris Internacional" concedido pelo Rotary Clube Internacional.

- "Placa de Prata" do Clube Ouro Verde.

- 1981 - "Placa de Prata" do Colégio Estadual do Paraná - Diretores e alunos.

- 1982 - "Placa de Prata" dos pilotos paranaenses de Rallye.

- 1983 - "Cidadão Honorário de Curitiba", Título concedido pela Câmara Municipal de Curitiba.

- 1991 - Homenagem pelos 35 anos de Jornalismo durante o III Encontro Nacional da FEBRACOS, em Gramado, RS.

- 1992 - "Cidadão Honorário do Paraná de Antonina", Título concedido pela Câmara Municipal de Antonina.

- 1995 - O número 1 - "Top of Mind 95" - Pesquisa mostra quem está em primeiro lugar na mente dos consumidores de Curitiba, região metropolitana e principais cidades.

Jornalista ou Colunista Social

	Classe (%)		Área (%)		
1. Dino Almeida	4,59	10,53	4,80	17,61	9,52
2. Cid Moreira	7,12	8,67	5,30	6,52	9,52
3. Bóris Casoy	5,34	2,79	1,52	2,17	1,90
4. Joelmir Beting	6,76	1,86	0,25	2,39	3,81

Quando se fala em jornalismo, o primeiro nome que surge na mente dos paranaense é Dino Almeida. Em 1996 foi realizada novamente a pesquisa Top of Mind 96, e Dino Almeida continua sendo o número 1.

1979/1996 Do Ministério do Trabalho, em Brasília recebeu a "Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho", por seus 35 anos de trabalho no jornalismo do Paraná. É a maior condecoração do Ministério do Trabalho.

6. DINO ALMEIDA - O HOMEM

Milhares e milhares de pessoas em todo o Brasil conhecem o jornalista Dino Almeida, mas o que dizer do homem que além de 41 anos como jornalista, é advogado, relações públicas e ex-Presidente da Associação dos Amigos dos Museus, escritor (publicará sua 8ª obra literária) colecionador de selos raros, livros e esculturas.

Amigos! Uma pessoa que bate o record de correspondências num jornal tão vasto como a Gazeta do Povo, precisa ter muitos amigos.

Em contraste aos seus títulos e honrarias ele milita a 41 anos suas campanhas beneficentes, como por exemplo:

- * SOS Carolina Ferri
- * SOS Marilena Froma
- Ou mesmo, doações através de sua coluna e de seus amigos leitores, onde já conseguiu atingir números como:
 - * Mais de 2000 carrinhos de bebê usados.
 - * Quase 1000 pernas mecânicas e cadeiras de roda.
 - * Milhares e milhares de cobertores para diversas entidades assistenciais como:
 - Sociedade Socorro aos Necessitados
 - Asilo dos Cegos
 - Hospital do Câncer

„Lar dos Meninos do Xaxim
„Asilo São Lufs, entre outros.

„Passar um dia na vida deste homem é cumprir uma agenda que pode começar muitas vezes às 6:00 horas da manhã, com entrevistas passando a reuniões, atendendo no caminho as pessoas que vão lhe parando na rua, e ter um sorriso e uma palavra a cada uma delas. É terminar o dia muitas vezes com um número de compromissos que pode chegar até às 20:00 horas.

7. DINO ALMEIDA - O PROFISSIONAL

„ Vereador por Curitiba, Advogado, Jornalista e Relações Públicas (Membro da CONRERP), faz colonismo há 37 anos (dia 21 de junho comemorou 32 anos, só na Gazeta do Povo).

„ Coleciona selos raros, discos de músicas clássicas e esculturas, (sendo sua coleção uma das grandes de Curitiba).

„ Possui uma biblioteca com mais de 5.000 livros, entre eles publicações fora de série. Conhecido em todo o Paraná por suas campanhas de ajuda ao próximo, vai em média a 5 compromissos sociais por dia, em uma sexta feira de maio foi a 10 festas em uma só noite, e em uma quinta feira de setembro, com seu filho Dino Almeida Junior foram a 10 compromissos.

„ Escreve para a Rádio Colombo, Canal 12 Gazeta do Povo, Diário Popular, Revista Panorama, e "ainda sobra tempo para ser feliz".

8. PROJETOS

„ Projetos que deseja discutir na Câmara Municipal de Curitiba.

1 - Fortalecimento da micro e pequena empresa, trabalhando junto com SEBRAE.

2 - Mais segurança, através da geração de empregos, educação, alimentação e saúde.

3 - Criação da Guarda Escolar para todas as escolas da Rede Municipal.

4 - Luta sem tréguas por melhores condições ao atendimento médico infantil, criação do Pronto Socorro da Criança de Curitiba.

5 - Apoio a causa dos portadores de deficiências físicas ou mentais e a todas as entidades afins.

6 - Desenvolver o turismo em nossa cidade, através da criação de uma política que aproveite todo o nosso potencial e gere empregos para nossa população.

7 - Apoio total e irrestrito as Artes e a Cultura.

9. DINO ALMEIDA - O VEREADOR

„ Assume seu 1º Mandato como Vereador da Cidade de Curitiba em 1º de Janeiro/1997, sendo líder do Partido da Frente Liberal na Câmara.

„ Compõe a comissão de Legislação, Justiça e Redação, a partir do dia 03 de janeiro de 1997.

„ Em 19 de Fevereiro de 1997 apresenta o projeto de melhoria da sinalização geral e dos pontos turísticos do Município.

„ Em 03 de Março de 1997, dá entrada a requerimento que pede vistas a conclusão das obras do Fórum de Curitiba.

„ Em 23 de Abril de 1997, apresenta o projeto que institui obrigatoriedade de promoção de evento gratuito à comunidade por parte das Cias. Circenses que se instalarem em Curitiba por mais de 5 dias, ficando por força desta lei obrigadas a propiciar o espetáculo gratuito a crianças de 3 a 10 anos de idade.

PROJETO DE LEI Nº 290/97 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É vedado a membro dos Poderes do Estado, e aos demais ocupantes de cargo, emprego ou função pública dos Poderes do Estado, nomear ou requisitar cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, para cargos ou encargos em comissão, bem como mantê-los nesses cargos ou empregos sob sua chefia imediata.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

É importante lembrar que este projeto de lei está perfeitamente afinado com as novas tendências e princípios constitucionais vigentes a partir da promulgação da Carta Magna de 1988. Nesse sentido, o direito positivo brasileiro é abundante em restrições ou limitações a direitos subjetivos ou a regulamentações excepcionais em decorrência do vínculo de parentesco. Vale lembrar que o Congresso Nacional tem-se manifestado, nos últimos anos, no sentido de proibir o servidor público, inclusive membro de Poder, de manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

Assim decidiu na recente Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre a organização as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

"Art. 293 - Ao membro ou servidor do Ministério Público da União é vedado manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau".

Pouco antes, havia disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União:

"Art. 51 - Aos titulares de cargos de confiança, sejam de natureza especial ou em comissão, da Advocacia Geral da União, assim como aos membros efetivos desta, é vedado manter, sob sua chefia imediata, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem assim como cônjuge ou companheiro".

Recentemente foi editada a Lei Federal nº 9.421 de 24 de dezembro de 1996, a qual cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências. Diz a referida lei no seu artigo 10 que:

"No âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo é vedada a nomeação ou designação, para os cargos em comissão e para as funções comissionadas de que trata o artigo 9º, de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, salvo a de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras Judiciárias, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir junto ao Magistrado determinante da incompatibilidade".

As limitações a indicação para cargos de comissão também já foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, decidindo unanimemente em dar provimento a Mandado de Segurança contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual recusou a indicação para cargo em comissão, tendo em vista a Lei Paulista nº 7.451/91, que vedava a nomeação de parentes naquele Tribunal, decisão esta que se segue transcrita parcialmente:

"O princípio atacado não é inconstitucional. Ao contrário, visa defender os princípios da moralidade no serviço público e os do Estado Republicano. Combatendo o nepotismo e reforçando, mesmo, a idéia de isonomia, já que para o provimento de tais cargos não há concurso público. E o próprio artigo 37, inciso I da C.F. diz que o acesso de brasileiros aos cargos públicos deve obedecer os requisitos estabelecidos em lei". (RMS nº 2284, 6ª Turma, 25/04/94, Rel. Ministro Pedro Aciofi, D.J. de 16/05/94, p. 1785.

Cabe ressaltar que os cargos, empregos e funções públicas, segundo o que dispõe o artigo 27, I, da Constituição Estadual, "são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei". Pode, portanto, a lei estabelecer restrições como esta aqui proposta. Aliás, vimos que várias leis já o fizeram sem contestação.

A autoridade pública deve proceder de maneira impessoal, e a nomeação ou manutenção de parentes, sob sua chefia imediata, é uma situação sob permanente suspeita - temos que reconhecer. É pelo exposto que não podemos nos furtar em apreciar nesta Casa de Leis o presente projeto de lei, como o objetivo finalístico de afastar o nepotismo e resguardar o Estado e Instituições estabelecendo uma ética de Governo que deve ser observada em todos os níveis da Administração Pública.

PROJETO DE LEI Nº 291/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I Do Mandato

Art. 1º - A direção das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual será exercida pelo Diretor e vice-Diretor, eleitos na forma desta lei, com a função de coordenar o processo político-pedagógico-administrativo da Unidade.

Parágrafo Único - A eleição do Diretor importará a do vice-Diretor com ele registrado.

Art. 2º - O mandato do Diretor e do vice-Diretor é de 03 (três) anos, com início no último dia útil do ano letivo em que ocorreram as eleições.

Parágrafo Único - Será admitida a reeleição apenas uma vez.

TÍTULO II Das Eleições

Art. 3º - A eleição referida no artigo 1º será convocada no mês de outubro de cada ano eleitoral, mediante ato próprio do Secretário Estadual de Educação, afixado em local visível nos estabelecimentos de ensino.

Art. 4º - Para dirigir o processo eleitoral será constituída uma Comissão Eleitoral de composição paritária, sendo que cada segmento que compõe a comunidade escolar terá direito a um representante.

Parágrafo Único - Somente poderão compor a Comissão Eleitoral como representante de seu segmento os membros da comunidade escolar aptos a votar.

Art. 5º - A Comissão Eleitoral terá a seguinte composição: um representante do corpo docente; um representante do corpo discente; um representante dos pais ou responsáveis pelos alunos; e um representante dos funcionários do estabelecimento, eleitos respectivamente entre seus pares.

Art. 6º - Poderão se candidatar à eleição para Diretor e vice-Diretor os membros do Magistério, estável no serviço público estadual, com o tempo mínimo de 02 (dois) anos de exercício de Magistério, e que tenham no mínimo 06 (seis) meses de atividade na escola, contados da data da realização da eleição.

§ 1º - Nenhum candidato poderá concorrer simultaneamente em mais de uma unidade de ensino.

§ 2º - Não poderá se candidatar qualquer membro do Magistério que tenha exercido mandato de direção ou vice-direção nas duas gestões imediatamente anteriores ao pleito em questão, em qualquer unidade da Rede Estadual de Ensino.

§ 3º - Não havendo pedido de registro de candidaturas nos prazos previstos, a designação para o cumprimento do mandato de Diretor e vice-Diretor se dará por ato do Secretário Estadual de Educação, sendo que os nomes a serem

designados serão anteriormente indicados pelos respectivos Conselhos Escolares.

§ 4º - Na ocorrência da hipótese mencionada no parágrafo anterior, serão convocadas novas eleições no prazo de 06 (seis) meses a partir da designação pelo Secretário Estadual de Educação.

Art. 7º - São aptos para votar:

I - Todo integrante do Magistério em efetivo exercício na unidade escolar, desde que não esteja provisoriamente exercendo função substituta em virtude de licença de tratamento de saúde, licença prêmio ou licença gestação de outro integrante do Magistério.

II - Todo servidor em efetivo exercício na unidade escolar, desde que não esteja provisoriamente exercendo função substituta em virtude de licença de tratamento de saúde, licença prêmio ou licença gestação de outro servidor.

III - Todo estudante regularmente matriculado na unidade de ensino, e que maior de 14 (quatorze) anos.

IV - O responsável pelo aluno regularmente matriculado na unidade de ensino.

§ 1º - O integrante do quadro do Magistério que possuir dois padrões na mesma escola, terá direito a apenas um voto.

§ 2º - Independentemente do número de alunos matriculados no estabelecimento, o responsável terá direito a apenas um voto.

TÍTULO III Da Apuração dos Votos

Art. 8º - A apuração terá início imediatamente após o término do recebimento dos votos, sendo os trabalhos desenvolvidos pelos membros da mesa receptora de votos, auxiliada quando necessário por integrantes da Comunidade Escolar designada pela Comissão Eleitoral.

Art. 9º - Na apuração dos votos será aplicada a seguinte fórmula:

$$V(X) = \frac{PA(X)}{PA} \cdot 50 + \frac{PF(X)}{PF} \cdot 50$$

Onde:

V(X) = total de votos alcançados pelo candidato

PA(X) = número de votos de pais e alunos para o candidato

PA = número total de pais e alunos votantes

PF(X) = total de votos de professores e funcionários para o candidato

PF = número total de professores e funcionários votantes

§ 1º - Em caso de empate será realizado um novo pleito no prazo máximo de até 15 (quinze) dias a partir da apuração dos votos.

§ 2º - Persistindo o empate na segunda eleição, será considerado em ordem de prioridade, vencedor o candidato a diretor que seja:

I - mais antigo na unidade escolar.

II - mais antigo no Magistério estadual.

TÍTULO IV Das Disposições Finais

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O processo de democratização da sociedade brasileira vem sendo construído com grande esforço pelo conjunto da sociedade, em especial, pelos setores organizados, contribuindo dessa forma para a efetivação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade a todos os níveis da Administração Pública.

Num Estado que tenha como perspectiva a justiça social, é fundamental a garantia de mecanismos que assegurem a igualdade de condições e direitos a seus cidadãos. Nesse sentido as eleições democráticas para Diretores e vice-Diretores da Rede Estadual do Ensino Público se inscrevem como de capital importância para o exercício da demo-

cracia. É necessário, entretanto, ampliar e aprofundar a participação da sociedade nas decisões que afetam a sua vida.

Importante nesse sentido consignar o que dispõe o artigo 205 da Constituição Federal, o qual prevê três objetivos básicos da educação: a) pleno desenvolvimento da pessoa; b) preparo da pessoa para o exercício da cidadania; c) qualificação da pessoa para o trabalho. Integram-se, nestes objetivos, valores antropológico-culturais, políticos e profissionais.

A relação desses objetivos com a gestão democrática do ensino é enfatizada pelo Mestre José Afonso da Silva, em seu Curso de Direito Constitucional, 9ª ed. 1993, p. 279, como se verá a seguir:

"A consecução prática desses objetivos só se realizará num sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal (via escola) concretize o direito ao ensino, informado por alguns princípios com eles coerentes, que realmente, foram acolhidos pela Constituição, tais são: universalidade (ensino para todos), igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade do ensino público, valorização dos respectivos profissionais, gestão democrática da escola e padrão de qualidade, princípios esses que foram acolhidos no artigo 206 da Constituição".

O princípio constitucional da gestão democrática do ensino também está consagrada na Constituição do Estado do Paraná, conforme dispõe o inciso VII do artigo 178:

"Art. 178 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VII - gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual, adotando-se sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei".

Não pairam quaisquer dúvidas de que o preceito constitucional supracitado efetivamente determina que os dirigentes de instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual devam ser escolhidos pelo sistema eletivo, direto e secreto, carecendo no entanto de lei ordinária para estabelecer as regras específicas para a efetivação do preceito constitucional. Sendo pois evidente a constitucionalidade do presente projeto de lei, torna-se indispensável a aprovação do mesmo para que se dê eficácia plena à intenção do legislador constituinte paranaense em assegurar o sistema eletivo para escolha dos diretores e vice-diretores das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual.

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que institui as eleições livres e diretas nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, tendo o entendimento de que este contribui decisivamente para a consolidação da democracia no espaço escolar.

Entendemos ainda que, se por um lado, a eleição do diretor não resolve todos os problemas políticos, pedagógicos e administrativos da escola, a mesma pode contribuir para o avanço numa gestão democrática e transparente, que afaste das unidades educacionais, práticas condenáveis como o autoritarismo, o continuísmo e os casuísmos eleitorais e afirme a escola como local de produção e socialização do conhecimento e do exercício da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PDT, PSDB, PFL, PT, PTB, PPB.

Todos declinam.

Liderança do PMDB. Com a palavra o ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos dando entrada a um requerimento, esperando ser aprovado pelos Senhores Deputados, pedindo que seja considerado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 285, que refere-se a mensagem do Governo do Estado que objetiva criar na estrutura da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, cem (100) cargos de médicos-veterinários e quarenta (40) cargos de engenheiro agrônomo. E a nossa intenção ao pedir que esse projeto tramite em Regime

de Urgência, inclusive hoje era para ser relatado na CCJ pelo Deputado César Seleme, designado que foi pelo Deputado Joel Coimbra para ser o relator dessa matéria, mas infelizmente não deu quórum na CCJ hoje, e a nossa preocupação diz respeito que o Estado do Paraná vem lutando já há algum tempo para que possa ser considerado como zona livre de febre aftosa, e evidentemente de outras enfermidades. E para isso se faz necessário que a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento desenvolva um trabalho muito grande no que diz respeito a defesa sanitária animal e vegetal.

Já relatamos aqui a esta Casa que há alguns dias atrás estivemos integrando uma comitiva, liderada pelo Secretário Hermas Brandão; pelo Presidente da FAEP, Agide Meneghetti; pelo Presidente da OCEPAR, João Paulo Koslovsky; pelo nosso companheiro, ex-Deputado, Mário Bezerra, que é delegado do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná; e pelo Deputado Augustinho Zucchi; quando fomos a Brasília entregar ao Ministro Arlindo Porto uma proposta, para que seja implantado no Paraná um amplo e vigoroso programa de defesa agropecuária.

No dia de ontem em Londrina, por ocasião da visita do Governador ao Norte do Paraná, estiveram reunidos lideranças do setor agropecuário, e naquela ocasião decidiu-se que o Paraná e o Mato Grosso do Sul irão adotar barreiras em relação ao Estado de São Paulo para que possamos proteger o Estado do Paraná do ingresso de animais vindos de São Paulo, ou de outros Estados da região Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte do País; impedindo-se desta forma que animais oriundos de regiões, ainda com problemas na área de sanidade animal possam ingressar no Estado do Paraná e com isso complicar a situação nossa, que é uma situação hoje bastante privilegiada. E nesse sentido faz-se necessário, que nós, de imediato, comecemos a adotar algumas medidas para que possamos, realmente, implantar no Estado do Paraná, esse programa de defesa à agropecuária.

Ainda, no dia de hoje, fomos mais uma vez convocados para integrar nova comitiva que irá a Brasília, na próxima quarta-feira, não amanhã, da semana vindoura, no dia vinte e cinco, portanto, para uma nova audiência com o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, para que possamos exigir dele, pedir a eles, que baixem portaria ministerial, no sentido de estabelecer estas barreiras para o Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná, em relação ao ingresso de animais oriundos do Estado de São Paulo ou de outros Estados da Federação, situados, como já disse, na região Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte do País.

O jornal traz a notícia da reunião de ontem, e é evidente que para nós, termos mais força, mais condição de diálogo com o Ministro Arlindo Porto, seria importante que nós, ao chegarmos no Ministério, chegássemos também com a cópia lei já aprovada na forma de projeto por esta Casa, na forma de lei já sancionada pelo Governador Jaime Lerner, para mostrar que o Paraná está falando, que vai fazer, sim, um programa de defesa agropecuária, mas que na prática está exercitando este seu discurso.

Queremos pedir aos Senhores Deputados, que aprovem este nosso requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 285/97, oriundo da Mensagem nº 034/97, para que possamos numa ação conjunta e de demonstração de compromisso da Assembléia Legislativa com o setor agropecuário, numa demonstração de apoio da Assembléia Legislativa a essa proposta, do Secretário Hermas Brandão, das federações paranaenses, do Governo do Estado, enfim, em favor desse programa de defesa à agropecuária. Que nós possamos fazer, quem sabe, ainda hoje, ou no mais tardar amanhã, uma sessão extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos ter aprovado este projeto de lei, aqui, na Assembléia, para que ele possa ser sancionado, para que possamos levá-lo ao Ministério da Agricultura, e mostrar que no Paraná, efetivamente, queremos desenvolver esse programa de defesa à agropecuária.

Todos os Senhores sabem das dificuldades e dos prejuízos que teve o Estado do Paraná, quando da implantação da barreira sanitária, em relação a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que permanece até hoje, e que vai permane-

cer, porque Santa Catarina já obteve junto aos organismos internacionais a condição de área livre, de zona livre de febre aftosa, portanto o Paraná continua impedido de levar a Santa Catarina animais vivos, animais que possam ser acometidos de febre aftosa, como é o caso do bovino, do suíno, do ovino, do caprino.

E, nós, agora, que já estamos em condições de requisitar os exames sorológicos. Nós que já estamos em condições de requerer junto aos organismos internacionais, a declaração do Paraná como zona livre, precisamos de implantar, e, de imediato, esse programa de defesa à agropecuária do nosso Estado. E para tanto evidentemente o primeiro passo que temos de dar, em termos de Assembleia, é aprovar esta mensagem, que se transformou no Projeto de Lei nº 285/97, para que o Secretário Hermas Brandão possa, de imediato, deflagrar o processo de concurso e contratação de cem médicos veterinários, e quarenta engenheiros agrônomos, que irão trabalhar na defesa agropecuária do Paraná, muito especialmente nas barreiras que serão montadas na divisa do Paraná com o Estado de São Paulo.

Portanto, Senhores Deputados, peço a todos que apoiem esse nosso requerimento. E solicito ao Presidente Joel Coimbra, e aos demais integrantes da CCJ, que possamos fazer uma sessão extraordinária ou então, se no entendimento do Presidente Luiz Carlos Zuk, possamos incluir esta matéria na Ordem do Dia, transformar o Plenário em comissão geral, porque embora possa parecer um projeto simples, mas é um projeto que dá o primeiro passo, que finca o primeiro marco através dessa Assembleia no estabelecimento de um programa que virá em benefício de todo setor agropecuario e que permitirá aos produtores do Estado do Paraná ter livre acesso às exportações para comunidade européia, gerando riquezas ao nosso Estado, aos nossos produtores, e gerando, sem sombra de dúvida, receitas financeiras ao Estado, que tanto precisa.

Muito obrigado.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de anunciar a presença, entre nós, do Vereador José Maria de Santa Cruz de Monte Castelo, do PDT; do Secretário Municipal, José Pedro, e ainda do Vereador Fábio Ferreira, de Paranaíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e registrado.

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Necessitam de apoio, Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Hospital Municipal de Primeiro de Maio, com sede e foro no Município de Primeiro de Maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública

a Creche Vitória Stefania Barbon com sede no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/97, de autoria dos Deputados Walmor Trentini e Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá e região, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores de Linha Vicente Machado, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Queimadas, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 68, de 13.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Produtores de Queimadas, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Segismundo Gradowski. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 14.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 219/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Albanor Gomes tem por objetivo conceder Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Segismundo Gradowski.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/97, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Poetas Japoneses Haikai, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 231/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado José Tavares tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a

Associação dos Poetas Japoneses HAIKAI, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, em relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CESAR SELEME - RELATOR.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Roque, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., EMENDA DA C.C.J. (Aprovado: Publ. no D.A. nº 85, de 02.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 240/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Roque de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, exaramos Parecer FAVORÁVEL, na forma da emenda ~~anexo~~.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CESAR SELEME - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 240/97

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Roque, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CESAR SELEME - Relator.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. Publ. no D.A. nº 85, de 02.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CESAR SELEME - Relator.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para anunciar, em nosso meio a presença dos Vereadores de Formosa do Oeste, Claudovino José Siqueiros e Raimundo Cavalcante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrada e associada pela Mesa Executiva a presença dos ilustres Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 1470, 1469 e 1471, de autoria do Sr.

Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1446, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1447, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1449 e 1464, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1450, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1451 e 1452 de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1453 a 1463, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1465, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 1466, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1472, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 1473, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Só Peço a palavra, Senhor Presidente, porque ontem li no jornal algo que me deixou de uma certa forma surpreso, mas me deixou ao mesmo tempo tranqüilo, porque vi que o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo nesta Casa, declarou a imprensa que se a Oposição tivesse 17 assinaturas no Pedido de CPI, ele seria a décima oitava assinatura neste pedido. E hoje estranhamente escuto a Rádio CBN e ouço o Deputado Valdir Rossoni dizendo que vai fazer 5 pedidos de CPI nesta Casa: uma do helicóptero, outra das diárias frias, outra da compra de ovelhas e bezerros, outros, me parece do Porto de Paranaguá e da SANEPAR também.

Não entendo, será que o Governo está com medo da CPI ou o que o Deputado Valdir Rossoni falou ontem que assinaria a CPI era só uma blague, acreditando que esta Casa não conseguisse as 17 assinaturas? Esse é um Pedido de Informação que faço verbalmente à Mesa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas. Apenas para lembrar à Casa que hoje às 17h nós vamos ter uma Sessão Especial de desagravo ao Clube Atlético Paranaense. Então gostaria que todos os colegas estivessem presente nesta Sessão, porque se trata de um ato de interesse do Estado do Paraná como um todo. E em que pese esta Casa ter em sua composição a maioria do interior, acho que mesmo assim, para nós demonstrarmos a relevância com que nós estamos tratando esta questão em termos de respeito ao nosso Estado, seria de fundamental importância que os colegas nos honrassem com suas presenças, já que devem estar aqui hoje a torcida rubro-negra, do Atlético, numa Sessão Especial que a Casa vai fazer em solidariedade ao Clube Atlético Paranaense. Será às 17h Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Reforçando a palavra do ilustre Deputado José Tavares, aqui estará presente não só a torcida do Atlético, mas a torcida do para-

na composta pelo Paraná Clube, pelo Coritiba e por todos os desportistas e esportistas desta Capital e acredito até do interior do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Estamos convidando todos que quando saírem do recinto passem na Liderança do PMDB aqueles que quiserem assinar o requerimento da CPI tudo bem, aqueles que não quiserem, vamos entender as suas posições desde que não sejam evidentemente os Deputados da Bancada do PMDB que é uma questão fechada, mas os convido para irem à Liderança do PMDB, para assinarem a sua filiação a União Nacional dos Legislativos Estaduais. É uma assunto que estamos tratando há alguns meses, já fizemos alguns pronunciamentos. Nós precisamos que os Senhores Deputados se filiem a União Nacional dos Legislativos Estaduais, para que essa nossa entidade possa trabalhar com vigor na defesa dos interesses dos Parlamentares Estaduais, junto ao Congresso Nacional, junto às Instituições para a qual ela está credenciada a atuar. Estamos solicitando que os Deputados passem no Gabinete das Lideranças, trouxemos para cá as fichas de filiação e também aqueles que firmarem o documento, nós vamos entregar o seu novo botão para uso como Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Reforçando a palavra do Deputado Orlando Pessuti, todos os Senhores Parlamentares que desejarem poderão ingressar realmente nesse convite, que será benéfico a toda a classe de Deputados em solo brasileiro.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos a todos os Parlamentares para às 17:00h aqui neste Plenário comparecerem na reunião extraordinária, já marcada anteriormente pela Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 035, 155 e 185/97

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 138, 209, 219, 231, 240 e 246/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243 e 256/97.

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A RESOLUÇÃO DO SR. DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, EM SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO DE 1997.

" O COMBUSTÍVEL VERDE É ESTRATÉGICO PARA O BRASIL "

Rafael Greca de Macedo

Por mais inócuo que possa parecer, o governo federal está tratando com desprezo, desleixo e total irresponsabilidade a questão do álcool no Brasil. Essa situação não é compreensível, do ponto de vista racional, a não ser que, no fundo, haja interesses inconfessáveis. Vejamos os vinte anos de investimentos por parte do próprio governo e da iniciativa privada, já foram gastos no programa do álcool perto de US\$ 30 bilhões. Ou seja, quase dez vezes o valor da venda da Vale do Rio Doce.

Além de o álcool ser elemento estratégico, por ser produzido dentro do País com tecnologia própria, é

um combustível renovável e com baixíssimos índices de poluição, que emprega milhares de pessoas no campo. É o combustível verde do futuro, comprovadamente.

O que acontece no Brasil? Depois de a tecnologia do motor a álcool ser dominada e ter-se difundido e incentivado por todos os meios a compra do carro a álcool, por quase duas décadas, vemos uma situação de extrema penúria para esse mercado. Chegou a ponto de, em janeiro último, não ter sido vendido sequer um veículo a álcool em todo o Brasil.

É o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não move uma palha para modificar essa situação. Algumas correntes chegam a dizer que preeminentes membros do "saif"

presidencial estariam trabalhando em favor da derrocada do programa do álcool.

Os oponentes desse programa dizem que o álcool é mais caro que a gasolina. Sem muito esforço, é possível dizer que o custo da poluição causada pelo uso e incremento de combustíveis derivados do petróleo é muito mais elevado. Então, analisemos apenas um fato, como exemplo.

Na semana passada, durante o 9º Simpósio sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, realizado no Rio de Janeiro, a Petrobrás informou que está investindo US\$ 1,2 bilhão na unidade de hidrotratamento, para reduzir o teor de enxofre



do óleo diesel produzido pela empresa.

Que lógica mais absurda está! Incrementamos o uso de combustíveis poluentes, para depois combater os seus nocivos efeitos a peso de ouro!

Enquanto isso, países como a Suécia transformaram ou estão transformando seus veículos a diesel para o álcool. Os outros vão mais longe, como a Alemanha, que está desenvolvendo veículos automotores tendo o hidrogênio como combustível, para reduzir a poluição a zero.

Em Curitiba, a Mercedes-Benz está testando ônibus movidos a álcool. A empresa está tentando viabilizar a mistura de álcool ao diesel,

o que pode reduzir de forma drástica a poluição. Em alguns componentes, como o gás carbônico, esta redução pode chegar de 70 a 80%.

Em síntese, podemos dizer que, enquanto o governo brasileiro permite o sucateamento do setor alcooleiro, os governos norteamericano e europeus dão total prioridade ao desenvolvimento de combustíveis renováveis.

Os efeitos já são amplos: no último dia 6 do corrente mês, a Ford dos Estados Unidos anunciou que vai colocar no mercado do seu país 250 mil carros movidos a etanol misturado com gasolina, para reduzir a poluição. Estão produzindo álcool a partir do milho. A Chrysler já havia feito um anúncio na mesma direção.

A mistura proposta pela Ford e pela Chrysler - 85%

de álcool e 15% de gasolina - exigirá a produção de 34 bilhões de litros de álcool por ano. O Brasil industrializa, no total, um terço dessa produção, o que mantém sua frota de 4,5 milhões de veículos a álcool.

Enquanto o mundo caminha firme em direção ao desenvolvimento auto-sustentado, nós - que fomos pioneiros nesse campo - fazemos o trajeto inverso, em direção ao desastre.

Só podemos entender o que está acontecendo no Brasil com o seguinte raciocínio: por trás da prática neoliberal, procura-se reviver a ideologia do Jeca Tatá. Se não for isso, é a ideologia do entreguismo.

* Engenheiro urbanista, ex-profetista de Curitiba e secretário-geral da Casa Civil do governo do Paraná.